

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.883 - SP (2019/0295399-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**GABRIELA GALETTI PIMENTA - SP310845**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : RAFAEL JUSTO MENDES DA COSTA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

**RAFAEL JUSTO MENDES DA COSTA** alega sofrer coação ilegal no seu direito a locomoção, em face de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Nas razões deste *mandamus*, sustenta o impetrante, resumidamente, a ilegalidade da dosimetria, sendo de rigor a incidência da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006 na fração máxima, pois "a quantidade de substâncias entorpecentes apreendidas são aquelas mais comumente encontradas em qualquer ponto de venda, sendo assim a natureza das drogas demonstra que certamente não se trata de grande traficante" (fl. 4).

### Decido.

Segundo o disposto no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, "Nos delitos definidos no *caput* e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa."

Observa-se, assim, que o dispositivo legal estabelece apenas os requisitos necessários para a aplicação da minorante nele previsto, deixando, contudo, de estabelecer os parâmetros para a fixação do *quantum* de diminuição de pena.

Nesse sentido, tanto a Quinta quanto a Sexta Turmas deste Superior Tribunal firmaram o entendimento de que, considerando que o legislador não estabeleceu especificamente os parâmetros para a escolha da fração de redução de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, devem ser consideradas, para orientar o cálculo da minorante, **as**

**circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal e, especialmente, o disposto no art. 42 da Lei de Drogas.** A propósito, confira-se o seguinte julgado: **AgRg no REsp n. 1.429.866/MT**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 1º/6/2015.

A Corte de origem assim fundamentou a dosimetria da pena, *verbis* (fl. 72, destaquei):

O redutor e as penas alternativas são favores especiais deferidos pelo legislador e que, por sua excepcionalidade, exigem condições também excepcionais de quem os recebe. No caso, a primariedade, a ausência de antecedentes criminais, a confissão espontânea e a manifestação de arrependimento em Juízo revelam a adequação da incidência do redutor, mas na fração média. **A espécie e a quantidade de um dos entorpecentes apreendidos, a cocaína (205g) e o “crack” (25g), um dos que mais provoca dependência entre seus usuários, assim o requer, totalizando dois anos e seis meses de reclusão e 250 dias-multa, no piso.**

Veja-se, portanto, que o Tribunal de origem fundamentou concretamente a aplicação do privilégio previsto no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas na fração de 1/2, salientando, para tanto, **condições entre as estabelecidas no art. 42 da Lei de Drogas**, quais sejam, **a quantidade e a natureza altamente deletéria dos entorpecentes apreendidos – 205 g de cocaína, 225 g de maconha e 25 g de “crack”**.

Faço lembrar que, segundo entendimento consolidado no Supremo Tribunal Federal, "A dosimetria da pena é matéria sujeita a **certa discricionariedade judicial**. O Código Penal não estabelece rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena. Cabe às instâncias ordinárias, mais próximas dos fatos e das provas, fixar as penas e às Cortes Superiores, **em grau recursal, o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, bem como a correção de eventuais discrepâncias, se gritantes ou arbitrárias**" (HC n. 122.184/PE, Rel. Ministra Rosa Weber, 1ª T., DJe 5/3/2015), **situação que entendo devidamente caracterizada nos autos.**

Portanto, não identifico nenhuma ilegalidade manifesta no ponto em que, fundamentadamente, foi dosada a pena.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante da compreensão firmada pelo Supremo Tribunal Federal e por esta Corte, não há razões para insistir em teses contrárias, em homenagem ao princípio da segurança jurídica.

Ressalto que a observância aos precedentes garante ao jurisdicionado a certeza do posicionamento do Judiciário em relação a determinada matéria posta em juízo e evita, com isso, a prolação de decisões contraditórias (muitas vezes oriundas de um mesmo juízo ou tribunal). A interpretação uniforme das leis faz com que exista uma ordem jurídica mais coerente, mais estável, com maior previsibilidade quanto à interpretação adotada pelo Poder Judiciário.

Registro, aliás, que o Código de Processo Civil de 2015 privilegia a adoção de um sistema de vinculação aos precedentes, de modo que os tribunais deverão uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente, nos termos do seu art. 926, *caput*. Com esses objetivos, mesmo os precedentes fixados por meio do controle difuso de constitucionalidade devem, em princípio, ser observados.

À vista do exposto, ausente a caracterização de teratologia que justifique a interferência deste Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** este habeas corpus, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**